

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.115p.

Esse livro relata a pesquisa de uma professora de português que tem como preocupação a produção oral e escrita dos alunos e o ensino do discurso oral e escrito desenvolvido pela escola.

Segundo a autora, o livro começou a partir de um desejo de observação acerca do entendimento, do que ela chamou, na época, de diferenças entre produção oral e produção escrita dos alunos.

A autora, que naquele momento trabalhava com uma 6- série do 1º grau, realizou uma pesquisa com o objetivo de averiguar a possibilidade de haver uma maior apropriação, por parte dos alunos, dos textos que eles produziam oralmente em relação às suas produções escritas. A pesquisa constituiu-se na apresentação de um texto original (uma reportagem de jornal), a partir do qual os alunos produziram um relato oral e um escrito, além de um comentário oral e um escrito. A análise comparativa dos textos de cada aluno corroborou a sua hipótese inicial, assim como possibilitou-lhe identificações de diferentes construções lingüísticas nos textos de cada caso (oral e escrito). Nos textos escritos, diz a autora, há predominância de construções parafrásticas; e nos textos orais há construções polissêmicas, embora menos coesas.

Então, a fim de investigar de forma mais profunda os diferentes processos vividos pelos alunos - "processos esses anteriores aos textos que eles produziam oralmente e por escrito" - e concebendo que "linguagem oral e linguagem escrita consistiam práticas diversas e discursos diversos", a autora optou pela Análise do Discurso, na tentativa de ter esclarecimentos do que chamou, no momento em que começou a pesquisa, de "processos constitutivos do discurso da oralidade e da escrita".

Tendo em vista que o livro compõe-se a partir de experiências pedagógicas realizadas ao longo de determinado tempo, 1983 a 1987, e através da construção da discussão teórica, ele é dividido em três partes.

A primeira parte trata do sujeito e do discurso. Fazendo, primeiramente, uma análise das propriedades do sujeito do discurso e caracterizando que ambos os textos de sua primeira investigação, tanto orais como escritos, eram produções de alunos, a autora considera que o sujeito é determinado pela sua relação com a instituição, no caso, a instituição escolar.

Assim, ela inicia a discussão dessa primeira parte a partir da dimensão social do sujeito, refere-se à questão da interlocução, apresenta postulados de Ducrot sobre a Teoria Polifônica da Enunciação e, no momento em que percebe que a instância do "social" permite uma exterioridade, isto é, o individual, reporta-se ao conceito de ideologia dado por Althusser e conclui que "o discurso, enquanto prática, é uma prática ideológica de um sujeito, da mesma forma determinado pela ideologia". Dessa forma, modifica sua concepção quanto à determinação do sujeito, de uma determinação social para uma determinação ideológica.

Questionando, porém, o conceito de ideologia de Althusser, citado pela autora através da seguinte afirmação: "Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito - só há prática através e sob uma ideologia (...) a ideologia não possui um exterior", Gallo contrapõe essa afirmação à proposição de Pêcheux sobre formação discursiva e inter-discurso e passa a considerar que se deve observar "não um sujeito e um discurso monolíticos, mas sim a maneira pela qual determinada forma-sujeito se constitui na relação com determinada formação discursiva" e que "o objetivo de identificar os processos discursivos da escrita e da oralidade seria atingido através de um retomo permanente a uma teoria materialista da linguagem, fundado na história e na ideologia, sem abrir mão, no entanto, da subjetividade e da descontinuidade",

Assim, definindo discurso como "prática lingüística de um sujeito em determinadas condições de produção" e considerando que o texto é "o produto de um discurso, é material anistórico, mas que, no entanto, conserva em si as pistas que remontam à materialidade histórica que está na origem de sua produção, e que são atualizadas pelo sujeito em um movimento de reprodução/transformação", a autora opta, para comprovar suas hipóteses sobre discurso oral e discurso escrito, pelo método de

Análise do Discurso que, segundo ela, se justifica por ser um método que parte do texto, refaz a trajetória do sujeito que produziu o texto, através das pistas que o texto oferece, passando necessariamente pelas condições de produção do texto, para retornar finalmente ao texto e compreendê-lo.

Na perspectiva de definir um tipo de discurso, a autora menciona a distinção de três tipos de discurso realizada por Orlandi: O discurso lúdico, em que há a expansão da polissemia; o discurso polêmico, em que a polissemia é controlada; e o discurso autoritário, em que há a contenção da polissemia, uma vez que o critério para a distinção dos três tipos de discurso é encontrado tomando como base o referente e os participantes do discurso, isto é, o objeto do discurso e os interlocutores.

A partir dessa distinção, Gallo conclui que, desde o primeiro contato do analista com o texto, ele instaura uma relação com um tipo de discurso - embora saiba que uma tipologia não possa ser aplicada de forma absoluta sobre um fato lingüístico -, trabalha no texto, enquanto exemplar desse discurso, e apreende o funcionamento desse discurso, através da análise das relações entre interlocutores e objeto.

Constatando, segundo observações da autora, que na medida em que a Análise do Discurso em seus próprios procedimentos de análise tem necessariamente presente o recurso permanente à teoria, a análise do discurso, antes de ser método de análise, é teoria.

Desse modo, a autora passa a teorizar sobre a inscrição de ambos os textos (orais e escritos) no discurso pedagógico e sobre as instâncias necessárias para atribuir distinções entre os textos oral e escrito e revela que "essa investigação teria que começar por uma tentativa de reconstrução do modo de institucionalização da oralidade e da escrita".

Começa, então, a segunda parte do livro. A autora apresenta, a partir de citações de Saussure, distinções de língua e fala e discute as considerações de Saussure sobre a lingüística. Segundo Gallo, a opção de Saussure por criar um sistema exclusivamente lingüístico para fins de análise resolve a questão metodológica da lingüística, mas deixa um pro-

blema epistemológico. Conforme a autora, é objetivo da lingüística explicar o funcionamento de determinada língua. No entanto, afirma, o que a lingüística, assim instituída, permite, na melhor das hipóteses, é a explicação do funcionamento de determinada língua em determinado momento histórico, sob determinadas condições sociais, políticas, etc.

A partir da afirmação de Saussure sobre a língua literária, a autora constata que ele estava a um passo de explicitar o caráter inegavelmente ideológico da linguagem; entretanto, diz a autora, ao apontar "as causas do desacordo entre grafia e pronúncias", Saussure aponta o efeito, não a causa.

Assim, a autora passa a fazer um histórico da escrita, após a constatação de que a partir do século XIV mudaria a forma de dominação em relação à língua falada, tendo em vista que a sociedade burguesa privilegia a hegemonia da escrita.

Verifica-se, então, que na Idade Média a escritura era a única escrita possível. Assim, escritura e escrita se identificavam. Entretanto, a própria autora considera importante salientar que, embora a escritura se apresentasse, em princípio, como escrita, sua leitura (oral) era possível, gerando, assim, duas instâncias de oralidade: a primeira que se opõe ao texto escrito e a segunda que é a oralização da escrita. A escrita era o latim, enquanto a oralidade de primeira instância correspondiam as "variedades lingüísticas" das diferentes regiões. Se, num primeiro momento existia somente a noção de letra, a partir da transcrição da oralidade de uma variedade lingüística passa-se a conceber a noção de letras. Salienta-se, entretanto, que a variedade lingüística que passa a ser transcrita é a língua falada na corte. Desta forma, é de interesse da corte legitimar essa "variedade". Com o processo de legitimação, a escrita, enquanto transcrição da oralidade, vai se aproximando progressivamente da escrita enquanto Escritura Sagrada e a oralidade de uma variedade lingüística vai progressivamente se separando da forma escrita que em um primeiro momento a representava graficamente.

Assim, declara a autora, a oralidade, enquanto forma marginal ao processo de legitimação da língua (e sua transcrição), produz um sentido ambi-

guo e inacabado, não por não ser produzida de acordo com a norma, mas exatamente por não passar pelo processo de legitimação. A legitimidade da norma é um efeito ideológico, efeito este que concorre para a produção de um sentido "único".

Discutindo o processo de legitimação da língua portuguesa, a autora faz a seguinte afirmação: "A língua brasileira é originariamente oral". Entretanto, retoma, "diferente do que ocorreu na Europa na Idade Média, essa língua oral não passará por um processo de legitimação e sim por um processo de disciplinação."

Gallo considera que "o processo de legitimação está intimamente ligado ao poder político e econômico, e este a uma determinada classe (a dominante), no nosso caso, os colonizadores. Isso explica o fato de que será a Língua Portuguesa (escrita ou oral) que instituirá o sentido único e desambigüizado e nessa língua passará a ser registrada a história do Brasil em todas as suas dimensões. O Brasil será dito pela Língua Portuguesa e esta lhe imputará o verdadeiro sentido".

Apresentando a noção de autor dada por Adorno e Morin e a função-autor dada por Foucault, Gallo observa que a assunção da autoria se dá quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado.

Embora exista a perpetuação do discurso legítimo, a autora chama a atenção para o fato de que o discurso não-legitimado não se perdeu historicamente. No caso do Brasil, a oralidade (e sua escrita), afirma ela, continua a ser praticada pela maioria da população do Brasil. "O que ocorre é uma administração bem organizada dos dois discursos, o discurso legitimado, e o não-legitimado, e esta administração é realizada fundamentalmente, e cada vez mais, pela escola."

Assim, haverá instituições mantenedoras do discurso escrito e instituições produtoras. A escola constitui-se como uma instituição mantenedora do discurso escrito, uma vez que ela apresenta aos estudantes o discurso escrito como modelar e sua forma como normativa; porém não ensina esse discurso, porque esse discurso tem um lugar próprio para

existir que não é a escola. As Instituições produtoras do discurso escrito são, por exemplo, o jornal, o livro, a publicidade, a revista, a TV, o rádio, etc.

Segundo a autora, a escola faz parecer que o texto, quando produzido segundo as normas de "correção" e "clareza", é um texto legítimo. O que, reitera, "ó um grande engodo". "Na verdade ele só é legítimo dentro dos portões da escola onde foi produzido."

Deste modo, a terceira parte do livro apresenta a experiência como mostra da possibilidade de ensinar realmente o discurso escrito na escola.

Para ensinar o discurso escrito, a autora propõe duas condições básicas: ensinar como se produz um texto que se inscreva no discurso escrito e dar condições para que os alunos realmente produzam esse texto.

Assim, a autora desenvolveu sua experiência em uma sala da 5- série, em 1987, na Escola do Sítio, uma escola particular, em Campinas. A inscrição do texto no discurso escrito ocorreu a partir da produção de um livro, discussão no momento da elaboração e reflexão sobre ato de elaboração do livro por parte de cada aluno.

Há registros de atividades desenvolvidas durante a elaboração do livro, assim como a cópia de um livro de um aluno, posterior reflexão a respeito da elaboração desse discurso e a análise, feita pela autora, desse discurso escrito.

A autora constata, a partir dessa experiência, que os alunos produzem a passagem do discurso oral ao discurso escrito no momento em que assumem a autoria, o que ela considera como diferente de produzir um texto que simplesmente se inscreva no discurso escrito, uma vez que nesse último caso há somente a realização da função-autor, enquanto no primeiro caso há a "explicitação" dessa elaboração para o próprio sujeito.

Desse modo, a autora conclui que o processo de passagem do discurso oral ao discurso escrito acontece a partir de três instâncias: a) quando o sujeito que produziu o texto está inscrito em um discurso institucional

produtivo; b) quando esse sujeito se situa no exato "impossível" do discurso pedagógico e, por esse motivo, rompe seus limites em busca de um "possível" que será necessariamente assumido; c) quando o sujeito produtor do texto reconhece uma ambigüidade permanente no sentido construído, mas apesar disso produz um "fecho" para o texto, compreendendo que a figura do autor é responsável pela produção do efeito de sentido de "fim" para aquilo que era somente um "fecho".

Gallo justifica que é necessário que o sujeito explicita para si mesmo como produziu o **seu** texto. "A explicitação dessa produção deveria ser justamente a função da escola porque ô através dessa explicitação que o

aluno poderá compreender o discurso escrito e não somente reproduzi-lo."

O livro é indicado a todos os professores, tendo em vista que discute, a partir da história e da função-autor, o texto escrito, numa linguagem acessível. Além disso, o exemplar de legitimação do discurso escrito, isto ó, um livro de um aluno, apresenta-nos a possibilidade de acreditarmos na ruptura do protótipo escolar existente, objetivo esse 'que não deve ser apenas do professor de língua.

JOICE WELTER RAMOS
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)